

(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GUARATUBA/PR

Rogério Kratz Vieira¹

Diomar Augusto de Quadros²

287

Resumo. O objetivo desse estudo foi avaliar a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), relacionando com o consumo de alimentos produzidos localmente. Configura-se como uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, de tipo quali-quantitativo, com a utilização de questionário contendo a versão reduzida da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), perfil socioeconômico, e acesso a alimentos do território. Entre os resultados obtidos destacam-se: a superação dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) em relação aos dos Inquéritos alimentares da REDE PENSSAN dos anos de 2021 e 2022 e a identificação dos principais alimentos produzidos localmente e presentes no hábito alimentar do público alvo. Os resultados evidenciam a IAN grave, presente em 61% das famílias, demonstrando a necessidade do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a superação deste cenário no município de Guaratuba/PR.

Palavras-chave: CRAS; Fome; Insegurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Território.

FOOD AND NUTRITIONAL (IN) SECURITY OF FAMILIES SEEKING SERVICE AT SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTERS IN GUARATUBA/PR

Abstract. The objective of this study was to assess the Food and Nutritional Insecurity (FNI) of families in the municipality of Guaratuba/PR seeking assistance from the Social Assistance Reference Centers (CRAS), relating it to the consumption of locally produced foods. This is an exploratory and descriptive research of a qualitative-quantitative nature,

¹ Coordenador do Projeto “Segurança alimentar e nutricional: qualificação da insegurança alimentar e nutricional no município de Guaratuba-PR”. Email: kratzvieira@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná. Email: professordiomar@gmail.com

using a questionnaire containing the short version of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), socio economic profile, and access to local foods. The results obtained include the surpassing of Food and Nutritional Insecurity (FNI) levels in relation to the food surveys conducted by the PENSSAN Network in 2021 and 2022, and the identification of the main locally produced foods present in the eating habits of the target audience. The results highlight severe FNI, present in 61% of families, demonstrating the need to strengthen public policies aimed at overcoming this scenario in the municipality of Guaratuba/PR.

Keywords: CRAS; Hunger; Food and Nutritional Insecurity; Public Policies; Territory;

(IN) SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL DE LAS FAMILIAS QUE SOLICITAN SERVICIO EN LOS CENTROS DE REFERENCIA DE ASISTENCIA SOCIAL EN GUARATUBA/PR

Resumen. El objetivo de este estudio es demostrar la Inseguridad Alimentar e Nutricional (IAN) de las familias en el municipio de Guaratuba/PR que buscan atención junto a los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), relacionándose con el consumo de alimentos producidos localmente. Configura-se cómo una investigación de carácter exploratorio, descriptivo y cuali - cuantitativo, con la utilización de un cuestionario conteniendo la versión reducida de la Escala Brasileira de Inseguridad Alimentaria (EBIA), perfil socioeconómico, y acceso a alimentos del territorio. Entre los resultados obtenidos se destacan: la superación dos niveles de Inseguridad Alimentaria y Nutricional (IAN) en relación a las dos consultas alimentarias de la REDE PENSSAN dos años de 2021 y 2022 y la identificación de los principales alimentos producidos localmente y presentan el hábito alimentario del público estudiado. Los resultados evidencian una grave IAN, presente en el 61% de las familias, demostrando la necesidad de fortalecer las políticas públicas volteadas para superar este escenario en el municipio de Guaratuba/PR.

Palabras clave: CRAS; Hambre; Inseguridad Alimentaria y Nutricional; Políticas públicas; Territorio.

Introdução

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), em sua expressão máxima a fome, é uma questão de difícil aceitação e compreensão diante do nível de desenvolvimento científico, produtivo e tecnológico presente na sociedade contemporânea. Mesmo que o contexto da COVID-19 tenha contribuído para que a fome voltasse ainda com mais força que em períodos anteriores ao cenário pandêmico, o fato é que tais avanços apenas refletem a desigualdade social em escala mundial e as diferenças geopolíticas históricas, demonstrando a perpetuação da fragilidade socioeconômica de vários países, principalmente do sul global (BASTOS, 2020).

Nota-se que as discussões em torno de uma Política de SAN, no Brasil, foram impulsionadas após o estabelecimento de uma esfera constitucional favorável à cooperação entre os ministérios por meio de marcos legais, constituídos com responsabilidade e com maiores investimentos na área agrícola, especialmente a agricultura familiar. No entanto, estas discussões decorrem de um movimento anterior, mobilizado pela sociedade civil organizada que culmina ainda na década de 1990, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto dois anos depois (FAO, 2014), ainda assim, o movimento se fortaleceu e, em 2003, o CONSEA foi restabelecido.

Efetivamente, os números revelam a necessidade de muitos avanços nas políticas públicas de combate à vulnerabilidade social e, especificamente, à fome no país. Em pouco mais de um ano foi identificado que 14 milhões de novos brasileiros não têm o que comer. No final do ano de 2020 eram 19 milhões e em 2022 passou para 33 milhões de pessoas convivendo com a fome no Brasil. Nesse aumento, destacam que mesmo entre as famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda Federal, houve aumento da IAN moderada e grave (REDE PENSSAN, 2022).

Destacam ainda o quanto a fome se encontra diretamente associada as desigualdades de raça e de gênero, sendo observado um aumento da fome entre famílias comandadas pela população negra que foi de 70% e, especificamente nas famílias lideradas por mulheres a fome passou de 11,2% em 2020, para 19,3% em 2022. Outro fator

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*
Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

preocupante diz respeito aos números da fome nos lares com crianças menores de 10 anos de idade. Em 2020 eram 9,4% e no presente ano esse número praticamente dobrou, passando para 18,1%. Nas famílias que possuem três ou mais pessoas com idade até os 18 anos foram registrados 25,7% dos lares com moradores que passam fome (REDE PENSSAN, 2022).

As informações sobre IAN no litoral do estado do Paraná são ausentes e as que existem são bastante limitadas e não refletem a realidade diretamente, pois conforme aborda Azevedo (2016), o litoral do Paraná é um importante território em que apresenta uma abundante riqueza natural, mas há a necessidade de superação da pobreza e da desigualdade social. Para se pensar em desenvolvimento territorial, tem que se ter em mente, que este é sustentado pelos seus recursos territoriais, os quais necessitam interagir com diferentes áreas do conhecimento como forma de desenvolvimento local (DENARDIN, 2016).

Dentro desse contexto, esta pesquisa aborda o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e tem como objetivo avaliar a (In)Segurança Alimentar e Nutricional das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social, relacionando com o consumo de alimentos produzidos localmente.

Insegurança Alimentar e Nutricional

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) existe quando a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, ou a capacidade para adquirir esses alimentos de forma socialmente aceitável, é limitada ou incerta, podendo variar do medo de não ser capaz de obter o alimento, à fome em razão da escassez de alimentos (SILVA, 2020).

A vulnerabilidade social também está diretamente relacionada a IAN, ou seja, as pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos, não têm condições de acesso aos alimentos. Desta forma, a baixa renda ou a pobreza são os principais fatores que impossibilitam e comprometem a aquisição e o acesso aos alimentos, e as pesquisas demonstram que nessas

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*

Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

circunstâncias e condições os indivíduos apresentam algum grau de IAN (SILVA et al., 2012).

A fome e seu contexto político, em termos de denúncia oficial, surgem no Brasil na década de 1940, com a publicação do clássico, *Geografia da Fome*, de autoria do médico, sociólogo e político pernambucano Josué de Castro. O autor procura chamar a atenção para o fato de que as causas da fome que atingia aproximadamente dois terços da população mundial, quase que em uma escala de pandemia naquela época, não eram somente questões atípicas, como guerras ou crises climáticas, mas se tratavam de um fenômeno produzido social e politicamente, por meio da limitação ao acesso de grande parte da população aos alimentos que eram produzidos. Rompeu falsas convicções de que a fome e a miséria do mundo eram resultado da alta quantidade populacional e da escassez dos recursos naturais. Provou que o problema da fome não tinha relação com a quantidade de alimentos produzidos, ou aumento da demografia e sim com a má distribuição das riquezas e dos produtos que se concentravam em poucas famílias e poucas pessoas. Defendia que a fome não acabaria somente se aumentassem a produção de alimentos, mas sim, se eles fossem melhor distribuídos, assim como a terra para os trabalhadores nela produzirem, o que o levou a ser um defensor da realização da reforma agrária. Entre as suas principais reflexões encontra-se o desvelamento do silêncio em torno da temática da fome (CASTRO, 1984).

Mais recentemente na história do país, o maior avanço para a SAN no Brasil nas últimas décadas foi a retirada de quase 40 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema e que sofriam com a fome, principalmente pela criação de diversos programas de proteção social, com destaque ao Programa Fome Zero, dentre outros. Chegamos em 2014 com os dados estatísticos do IBGE fornecidos à FAO, registrando que a desnutrição crônica atingia níveis menores do que de 5% da população e a fome não mais apresentava características endêmicas. O Brasil, enfim, deixava o mapa da fome no contexto mundial (SILVA, 2018).

Nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2016 os índices de acessibilidade aos alimentos e os gastos com os programas de proteção social no combate à fome diminuiriam significativamente. A crise econômica, a ampliação do desemprego, o

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*

Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

desaparecimento de políticas governamentais que mediam a relação entre o estado e a sociedade, a desvalorização da capacidade técnica dos servidores públicos bem como a diminuição das compras de alimentos e dos estoques comprova que a SAN foi afetada diretamente, assim como foi prejudicado o acesso de milhões de brasileiros mais pobres a alimentação, ocasionando a volta do problema da fome, conforme dados do Primeiro Inquérito realizado pela Rede PENSSAN (2020).

Com a pandemia da COVID-19, infelizmente, a fome alcançou a triste marca de 615.000 mil mortes no Brasil. Sabendo-se que a falta de alimentos em quantidade e qualidade necessária enfraquece o organismo, compromete a imunidade e aumenta a probabilidade de doenças, faz com que a camada mais pobre da população esteja exposta e ainda mais vulnerável para contrair o vírus da COVID (BRASIL, 2020).

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Guaratuba, região litorânea do estado do Paraná (Figura 1), um território formado por sete municípios (Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Guaratuba) que somados totalizam uma população de aproximadamente 301.405 habitantes, segundo dados do IBGE (2022).

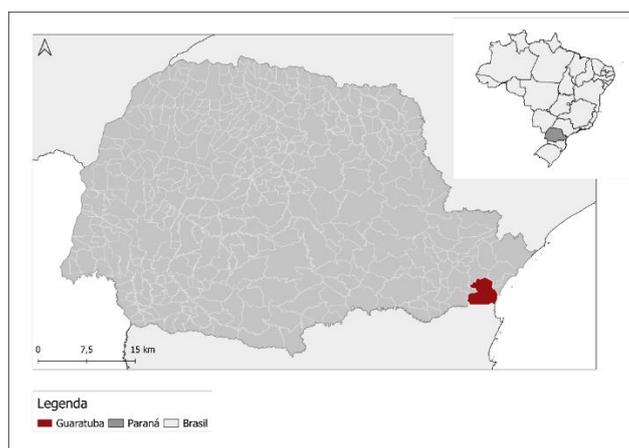


Figura 1: Localização geográfica do município de Guaratuba,PR

Fonte: Elaborado por Camila Arielle Bufato Moreira (2024).

O município de Guaratuba tem uma população de 42.062 habitantes (IBGE CIDADES, 2022), distribuída em uma área de 1.327,185 km² (IPARDES, 2022). De acordo com a Secretaria Municipal Especial das Demandas Rurais (2021), conta 29 comunidades localizadas na área rural, sendo elas: Potreiro, Castelhana, Pontal do Itararé, Rio Bonito, Pedra Branca do Araraquara, Caovi, Pai Paulo, Taquaruvu, Vitória, Cubatão, Rasgadinho, Rasgado, Ribeirão Grande, Canasvieiras, Limeira, Morro Grande, Boa Vista, Descoberto, Itinga, Rio do Cedro, Riozinho, Estaleiro, São Joãozinho, Empanturrado, Rio do Saco, Laranjeiras, Salto Parati, Cabaraquara e Três Pinheiros (GUARATUBA, 2022-2025).

Esse estudo é de caráter exploratório e descritivo, de cunho quali-quantitativo, visto que buscou descrever, analisar e caracterizar a segurança alimentar, o perfil das famílias estudadas e o consumo de alimentos produzidos. Em termos de procedimentos técnicos, foram adotados levantamentos de cunho quantitativo, complementados por referenciais qualitativos de pesquisa (GIL, 2008).

A pesquisa foi desenvolvida nos dois CRAS do município de Guaratuba, litoral do Estado do Paraná. O público alvo foram pessoas maiores de 18 anos, residentes no município de Guaratuba, que buscavam atendimento diretamente no CRAS Piçarras e no CRAS Cohapar, integrados à Secretaria do Bem-Estar e Promoção Social, independentemente de serem beneficiários do Programa Bolsa Família ou qualquer outro programa social. Normalmente, se tratam de famílias e indivíduos que apresentam vulnerabilidade social, isolamento e/ou com laços de convivência familiar e territorial fragilizados e que necessitam da Proteção Social Básica. Levando-se em consideração que qualquer habitante do município poderia buscar atendimento e/ou informações junto ao CRAS, utilizou-se como referência para fins de cálculo da amostra, a população total do município.

Considerando uma amostra probabilística aleatória simples, chegou-se ao número mínimo de 119 pessoas, tendo como base para o cálculo o número total da população do município Guaratuba, com grau de confiança de 95% e margem de erro de 0,9%. Para o cálculo da amostra foi utilizada a calculadora online Survey Monkey (2022).

O critério de escolha do entrevistado foi baseado na pesquisa desenvolvida pela REDE PENSSAN (2021), e considerou como o respondente a pessoa, maior de 18 anos, capaz de fornecer informações sobre as características do domicílio e de responder questões sobre a participação em programas sociais, alimentação e rendimentos da família.

A coleta foi realizada por meio de questionário estruturado adaptado da Rede PENSSAN (2021), com auxílio da Plataforma *Google Forms*. O questionário tinha perguntas relativas a: Descrição do domicílio; Informações dos moradores dos domicílios; Renda familiar; acesso dos(as) moradores(as) aos programas sociais; Prevalência de segurança ou insegurança alimentar no domicílio, considerando um conjunto de oito itens utilizadas na EBIA (perguntas com respostas diretas: 'sim/ não'); e consumo de alimentos.

A EBIA consiste em um instrumento psicométrico que avalia especificamente a experiência com a fome de populações em situação de vulnerabilidade social (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009; BRASIL, 2014), possui alta validade para diagnosticar a Insegurança Alimentar e a fome no nível domiciliar no Brasil, sendo de fácil aplicação e baixo custo, apresentando uma metodologia quantitativa capaz de medir um fenômeno social, o que lhe confere ser uma plataforma para estudos qualitativos que poderão aprofundar a compreensão da SAN.

Os itens que determinaram os níveis de Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar (IA) e (IA Leve, Moderada ou Grave), tiveram como referência os últimos três meses, com pontos de corte pré-estabelecidos e a partir dos escores de respostas afirmativas. Desta forma, para a estratificação dos níveis de SAN/IAN, cada resposta afirmativa do questionário representou 1 ponto, sendo a pontuação do domicílio estimada pelo total de respostas afirmativas e esta pode variar de 0 a 8 pontos; sendo a SAN = 0; IAN leve = 1-3 pontos; IAN moderada = 4-5; e IAN grave = 6-8 (REDE PENSSAN, 2021).

Para fins de complementação deste estudo e entendendo a relevância do reconhecimento dos recursos territoriais para a promoção da SAN, foi incluído no questionário uma pergunta em aberto sobre os alimentos que haviam sido consumidos

nos últimos 30 dias e uma do consumo, nas últimas duas semanas, de alimento que apresentam destaque territorial segundo Vieira e Quadros (2023) (arroz, banana, camarão, mandioca, ostra, palmito e pescados) e a forma de acesso a estes (comprou, cultivou ou recebeu de doação), para averiguar a relação destes produtos consumidos com os produtos locais. Ressaltamos novamente que não haveria como confirmar a real procedência do alimento, produzido localmente ou em outra região, mas interessou neste caso, saber se estes alimentos se fazem presentes no dia a dia, na mesa dos entrevistados.

Os dados foram tabulados e organizados em planilhas com auxílio do software Microsoft Excel for Windows, pacote Office 2019. A análise dos dados deu-se por meio de estatística descritiva, tendo como base a pesquisa desenvolvida pela Rede PENSSAN (2021-2022), apresentação e organização dos dados obtidos e analisados em aproximação com os resultados divulgados. A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, via Plataforma Brasil sob o nº CAEE 66310322.3.0000.0214 parecer consubstanciado nº 5.882.348.

Resultados e Discussão

Participaram do estudo 125 pessoas (Tabela 1), com predominância de mulheres (78,4%), a faixa etária encontra-se entre 31 e 50 anos, com a prevalência de 51,6% e 46,2% do total da cor/raça branca e preta ou parda, respectivamente. Este dado demonstra que são pessoas em idade ativa para o trabalho, como indica a definição de População Economicamente Ativa (PEA), que se refere ao conjunto da população, incluindo pessoas ocupadas e desocupadas (IBGE, 2022). Dentro desse conjunto, observou-se que 68,8% desenvolvem trabalhos informais ou estão desempregados.

Tabela 1 – Características socioeconômicas das pessoas atendidas nos CRAS, Guaratuba, 2023

Características Socioeconômicas	n	%
Sexo		
Feminino	98	78,4
Masculino	27	21,6
Faixa etária		
18 à 30 anos	35	28,0
31 à 50 anos	58	46,4
51 à 65 anos	28	22,4
Maior que 65 anos	4	3,2
Cor/Raça		
Amarela	2	1,6
Branca	64	51,2
Indígena	1	0,8
Preta ou Parda	58	46,4
Ocupação		
Agricultor(a) familiar / produtor(a) rural	2	1,6
Aposentado(a)	5	4,0
Desempregado(a)	34	27,2
Do lar	21	16,8
Pensionista	1	0,8
Trabalhando em emprego com carteira assinada /Funcionário(a) público(a)	5	4,0
Trabalho autônomo regular / Empreendedor(a) individual (paga INSS)/Profissional liberal (nível superior) / Empresário(a)	5	4,0
Trabalho informal (trabalhador rural temporário; trabalhando em emprego sem carteira assinada; trabalho informal; bico; freelancer; outros)	52	41,6
Total	125	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ao analisar o total da amostra em relação ao nível de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) das famílias participantes do estudo, encontramos números bastante preocupantes, como pode ser observado na Figura 2.

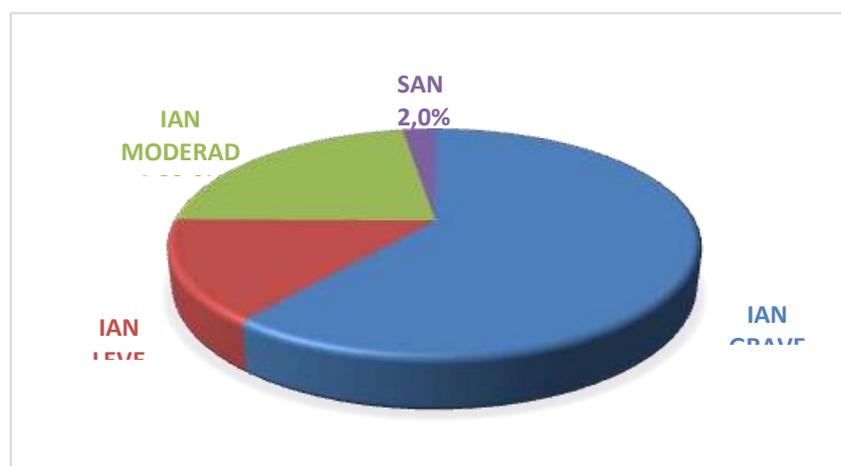


Figura 2: Insegurança alimentar e nutricional das pessoas que buscam atendimento nos CRAS, Guaratuba, 2023

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A IAN grave apresentou números bastante elevados, 61,0%, ou seja, a fome esteve presente em 76 representantes das 125 famílias entrevistadas. Ao compararmos estes números com os inquéritos alimentares da REDE PENSSAN (2021; 2022), observamos que em 2021 o Brasil apresentou 9,0% de IAN grave e, em 2022, este número se elevou para 16,0% da população total do país. Este confronto demonstra uma realidade bastante agravada no município, porém há que se considerar o fato de que as entrevistas foram realizadas com um público específico, pessoas que buscavam algum tipo de assistência social. Tal característica não ameniza a realidade, todavia ajuda a explicar os índices elevados por se tratar de pessoas com alta probabilidade de se encontrarem em situação de vulnerabilidade social.

Conforme Nunes e Araújo (2011) é papel do CRAS pensar em uma perspectiva intersetorial no enfrentamento dos problemas sociais por meio de políticas públicas que

tem como objetivo principal a proteção social das famílias e/ou indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Relacionado a distribuição por sexo, considerando o responsável financeiro, observa-se a predominância das mulheres em todas as faixas de classificação da IAN (Figura 3).

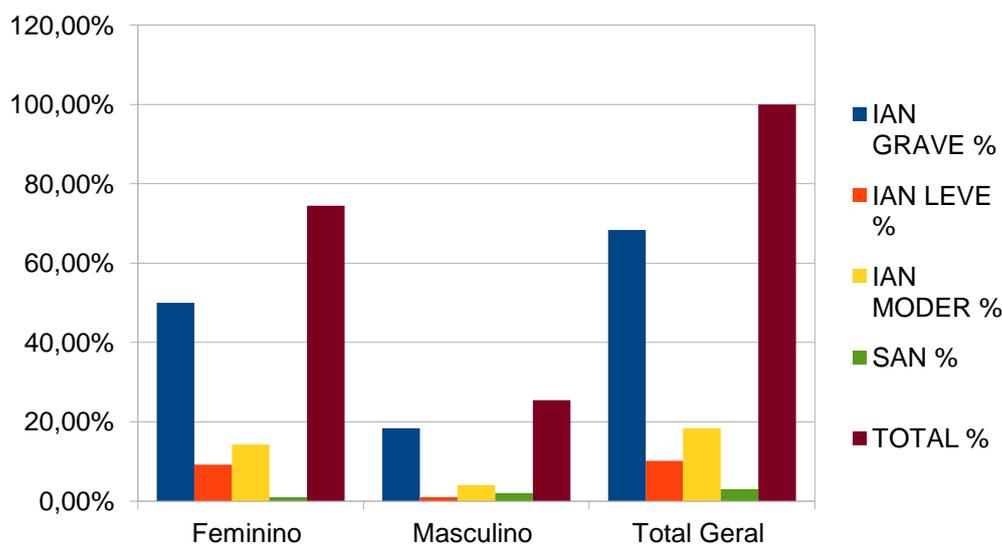


Figura 3 - Distribuição de IAN por sexo/responsável financeiro das pessoas que buscam atendimento nos CRAS, Guaratuba, 2023

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como indicado por análises realizadas pelo SUAS, as mulheres são maioria entre usuários nos diferentes programas. Pesquisas relacionadas ao crescimento das mulheres como chefes de família, indicam que em 1995 elas representavam 22,9% e, em 2015, este número passou para 40,5%. (BRASIL, 2018) e ao analisarmos os dados divulgados pelo DIEESE (2023) notamos que a maioria dos domicílios no Brasil, permanecem chefiados por mulheres.

Provavelmente, entre os fatores que levam as mulheres serem maioria na busca de auxílio junto a assistência social em geral, estão o desemprego e o peso da responsabilidade de ter que exercer a função de chefe de família. Esta realidade também foi encontrada nos Inquéritos da REDE PENSSAN: “mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA”. (REDE

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*

Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

PENSSAN, 2022, p.50). Estes dados refletem a desigualdade de gênero presente em vários condicionantes sociais como, por exemplo, as diferenças de emprego formal (com carteira assinada) entre homens e mulheres com superioridade do sexo masculino.

Já, os indicadores que se referem a cor/raça, resultaram em valores muito próximos, sendo 51,2% para pessoas de cor branca e 46,4% para pessoas de cor preta ou parda, apresentando uma leve superioridade em relação a cor branca, porém quando associados aos níveis de IAN grave, os dados apontam uma pequena inversão onde prevalecem pessoas de cor preta ou parda, equiparando-se ao percentual de pessoas que se encontram em situação de SAN.

Ao buscarmos os resultados do último inquérito alimentar da REDE PENSSAN (2022), constata-se que, diferentemente dos resultados locais, existe um predomínio das pessoas de cor branca tanto para os índices de SAN como para IAN grave.

Seguindo as análises em relação aos dados referentes a faixa etária, podemos averiguar que há um destaque para as pessoas que possuem entre 31 e 50 e que se encontram em IAN grave e moderada.

Esta faixa etária, que predomina nos níveis grave e moderado de IAN, coincide com a idade da população economicamente ativa (PEA), que em princípio, deveria estar atuante no mercado de trabalho. Entretanto, ao analisarmos a ocupação em comparação aos níveis de IAN grave e moderada, vemos que a maior representatividade da amostra (37,6%) é composta por trabalhadores informais, ou que desempenham atividades rurais temporárias, atividades sem carteira assinada, ou que realizam atividades tipo “bico”, *free lancer*, entre outras. Os desempregados representam 27,2% da amostra e destes, 18,4% encontram-se em IAN grave, seguidos de 4% em IAN moderada e 4% em IAN leve. Com isso, constatamos que grande parte da amostra que se encontra em IAN, considerando os entrevistados, é composta por trabalhadores informais e desempregados.

Quando nos defrontamos com os níveis de escolaridade (Tabela 2), percebemos que a IAN grave prevalece naquelas pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto, contrastando com os que se encontram em condição de

SAN, que são compostos por aqueles que possuem ensino fundamental completo ou ensino superior completo.

Tabela 2 – Relação escolaridade, Renda domiciliar, Presença de menores de 10 anos no domicílio e níveis de IAN das pessoas que buscam atendimento nos CRAS, Guaratuba, 2023

Variável	IAN Grave		IAN Leve		IAN Moderada		SAN		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Escolaridade										
Ensino Fundamental Incompleto	35	28,0	4	3,2	6	4,8	0	0,0	45	36,0
Ensino Fundamental Completo	13	10,4	3	2,4	5	4,0	2	1,6	23	18,4
Ensino Médio Incompleto	15	12,0	4	3,2	8	6,4	0	0,0	27	21,6
Ensino Médio Completo	7	5,6	5	4,0	8	6,4	0	0,0	20	16,0
Ensino Superior Incompleto	5	4,0	2	1,6	1	0,8	0	0,0	8	6,4
Ensino Superior Completo	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,8	2	1,6
Salário Mínimo Per Capta										
Até 1/4 de SMPC	26	20,8	4	3,2	7	5,6		0,0	37	29,6
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	33	26,4	10	8,0	17	13,6	1	0,8	61	48,8
Mais de 1/2 até 1 SMPC	14	11,2	4	3,2	3	2,4	1	0,8	22	17,6
Mais de 1 SMPC	3	2,4		0,0	1	0,8	1	0,8	5	4,0
Presença de menores de 10 anos										
Não	40	32,0	6	4,8	13	10,4	2	1,6	61	48,8
Sim	36	28,8	12	9,6	15	12,0	1	0,8	64	51,2
Total	76	60,8	18	14,4	28	22,4	3	2,4	125	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Confrontando estes elementos com o Inquérito Alimentar realizado pela REDE PENSSAN (2022), que indica haver uma relação indireta entre ocupação/emprego e SAN e IAN, em decorrência das consequências dos impactos gerados pelos ganhos familiares na alimentação das famílias, identificamos certa aproximação com maior predominância para os índices de Guaratuba, como podemos observar:

No II VIGISAN, a SA foi maior apenas nos domicílios com responsáveis em situações de trabalho com emprego formal (53,8%). A situação de fome, captada pela IA grave, foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%) ou quando tinha trabalho como agricultor/a familiar ou produtor/a rural (22,4%). Ou seja, mais de um terço dos domicílios com chefes desempregados enfrentava a fome, e mais da metade deles estava em situação de IA grave ou moderada. (REDE PENSSAN, 2022, p. 49).

A constatação sobre a relação ocupação/emprego e rendimentos, confirma-se ao verificarmos os dados que estão dispostos na Tabela 2, que apresentam as famílias com rendimentos entre 1/4 e 1/2 salário mínimo, predominantes em todas classificações de IAN.

Considerando os inquéritos alimentares da REDE PENSSAN (2021; 2022), vemos que também se percebe que em todas as classificações de IAN a renda mensal é de 1/4 até 1/2 salário mínimo, correspondente a 77% do total da pesquisa nacional.

Ao analisarmos a distribuição destas famílias no município de Guaratuba, notamos que a IAN grave se encontra presente principalmente nos bairros Cohapar, Carvoeiro e Mirim, respectivamente com 16,8%, 9,6% e 6,4%. Estes bairros são indicados por estudo realizado por Azevedo (2016) como regiões de média vulnerabilidade e, os maiores bairros, com maior população, seriam Piçarras e Mirim, que apresentam também o maior índice de vulnerabilidade social. Porém, considerando que o estudo supracitado foi realizado há mais de seis anos e em um período anterior à pandemia de COVID-19 e, considerando ainda os resultados gerais da presente pesquisa, inferimos que pode haver algumas alterações nos resultados dos estudos de Azevedo (2016).

Nos domicílios podem haver mais pessoas que compõem a renda domiciliar, porém, salienta-se que mais da metade dos domicílios (51,2%), contam com a presença de menores de 10 anos (Tabela 2). Entre estes, 49,6% apresentam algum tipo de IAN, com predomínio da IAN grave.

O cadastro único (CadÚnico) é a porta de entrada onde as famílias de baixa renda podem ter acesso aos programas que os governos estaduais, municipais e federal oferecem (SPOSATI, 2021). No primeiro semestre do ano de 2022, a média de pessoas inscritas no Cadastro Único em Guaratuba era de aproximadamente doze mil e a média do número de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, atual Programa Bolsa Família, girava

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*

Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

em torno de quatro mil. Os dados da pesquisa demonstraram que vinculados diretamente ao Cadastro Único do Governo, independentemente de estarem recebendo algum benefício ou não no momento da pesquisa, 41 dos entrevistados (32,8%) se encontravam em IAN grave. Em seguida observamos 27 (21,6) dos entrevistados que indicaram ser beneficiários do Programa Bolsa Família e se também se encontravam em IAN grave (Tabela 3).

Tabela 3 – Acesso aos programas de transferência de renda/benefício e IAN das pessoas que buscam atendimento nos CRAS, Guaratuba, 2023

Cadastro/Benefício	IAN Grave		IAN Leve		IAN Moderada		SAN		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Cadastro Único do Governo	41	32,8	11	8,8	20	16,0	1	0,8	73	58,4
Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil	27	21,6	6	4,8	5	4,0	2	1,6	40	32,0
Ajuda de alguma instituição/associação, igreja, amigos, parentes ou outros.	2	1,6		0,0		0,0		0,0	2	1,6
Auxílio de cestas de alimentos ou outros equivalentes (CRAS)	0	0,0		0,0	1	0,8		0,0	1	0,8
Auxílio referente à alimentação escolar ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0	0,0		0,0	1	0,8		0,0	1	0,8
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	0	0,0	1	0,8	1	0,8		0,0	2	1,6
Nenhum	6	4,8		0,0		0,0		0,0	6	4,8
Total	76	60,8	18	14,4	28	22,4	3	2,4	125	100,0

O Programa Bolsa Família (PBF), reeditado em 2023, é um programa social de transferência de renda, direcionado às famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício busca a garantia de uma renda mínima visando a possível superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontra uma boa parte da população (BRASIL, 2022). Estudo desenvolvido por Monteiro (2013) que buscou analisar a SAN de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, especificamente com crianças menores de cinco (5) anos, no município de Colombo/PR, região metropolitana de Curitiba, demonstrou a insuficiência do PBF como única forma

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*

Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

de combate a IAN. Os dados apontados no estudo mostraram que 81,6% das famílias conviviam com a IAN. Além de se constatar a pouca eficiência na garantia do DHAA, no geral as pessoas que recebem o benefício do Programa apresentam algumas características sociais semelhantes, que independem do território em que se encontram, tais como: a vulnerabilidade socioeconômica e a IAN.

Conforme Andrade et al. (2023), para compreender a dimensão social de um dado território é preciso conhecer as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos; as formas de organização e interação e os valores, normas e estruturas sociais que a constituem e dão consistência as pessoas desse território.

A compreensão do espaço territorializado pelos atores que o compõem é fundamental para entender a importância do espaço social para o desenvolvimento territorial e consequente superação das desigualdades sociais (RAFESTIN, 1993) e para a garantia da SAN. Por este motivo, optou-se por incluir neste estudo o consumo do tipo de alimento no último mês e a forma de aquisição, para averiguar a relação destes produtos consumidos com os produtos locais.

Ao Analisar os alimentos mais consumidos pelos entrevistados na pesquisa, verificamos que entre os quatro primeiros, três deles coincidem com o grupo de alimentos produzidos localmente. Chama atenção ainda, o fato de se constatar que o consumo de peixe supera o de outras fontes de proteína animal, como por exemplo, ovos e carne bovina e de frango.

Vale salientar que a comida compreende, além dos aspectos biológicos, significados identitários e culturais, o que demonstra que independentemente das possibilidades de acesso, parece que sempre haverá uma tendência ao consumo maior dos alimentos que estão registrados nas identidades sociais do local. Ressalta-se que em alguns casos, o poder público já tem percebido a importância e ganho gerados a partir da combinação possível entre os alimentos como condição para avanços em termos de saúde pública e, em consequência, para o meio ambiente e o desenvolvimento local.

A Tabela 4 apresenta os alimentos consumidos nos últimos trinta dias pelas pessoas que buscaram atendimento nos CRAS em Guaratuba.

VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*
Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

Tabela 4 – Alimentos consumidos no último mês pelas pessoas que buscam atendimento nos CRAS, em Guaratuba, no ano de 2023.

Alimentos Consumidos	n (125)	%
Arroz	116	92,80%
Feijão	110	88,00%
Banana	96	76,80%
Peixe	78	62,40%
Ovos, Carne de frango/galinha	66	52,80%
Farinha de mandioca	52	41,60%
Macarrão	51	40,80%
Mandioca	22	17,60%
Camarão, Pão	20	16,00%
Alface, Laranja	15	12,00%
Batata, Carne	13	10,40%
Farinha de milho	11	8,80%
Polenta	10	8,00%
Maracujá	8	6,40%
Legumes, Suan	7	5,60%
Salsicha	6	4,80%
Leite, Salada	5	4,00%
Carne de porco, Maçã, Tomate	4	3,20%
Batata doce, Cenoura, Hortaliças, Marisco, Repolho, Verduras	3	2,40%
Caranguejo, Couve, Limão, Linguiça, Melancia, Pepino	2	1,60%
Abacaxi, Abobora, Abobrinha, Barra de cereal, Batata frita, Beterraba, Bolacha, Bolinho de chuva, Café, Cebola, Chuchu, Costela, Cuscuz, Doce de banana, Empanado, Farinha de trigo, Frutas, Goiaba, Macarrão, Milho, Miolo, Ostra, Palmito, Paquinha, Salsichão, Uva, Verduras	1	0,80%
Total	881	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Vale salientar que a comida compreende, além dos aspectos biológicos, significados identitários e culturais, o que demonstra que independentemente das possibilidades de acesso, parece que sempre haverá uma tendência ao consumo maior dos alimentos que estão registrados nas identidades sociais do local. Ressalta-se que em alguns casos, o poder público já tem percebido a importância e ganho gerados a partir da combinação possível entre os alimentos como condição para avanços em termos de saúde pública e, em consequência, para o meio ambiente e o desenvolvimento local.

Contudo, é importante dizer que o consumo alimentar compreende também alternativas relacionadas a práticas agrícolas de base ecológica mais sustentáveis, propostas para viabilizar o acesso aos alimentos locais de maneira mais justa e viável economicamente, o que envolve as formas de comercialização, incluindo também os consumidores de forma mais orgânica nesse processo. De maneira geral, são iniciativas que visam construir circuitos alimentares curtos ou redes agroalimentares que busquem tanto reconectar consumidores e produtores de alimentos como (re) valorizar produtos regionais, sazonalidade e procedência dos alimentos (CRUZ et al., 2016, p. 13).

Mesmo assim, ainda são poucas as iniciativas governamentais que colocam em sintonia produtores e consumidores locais, visando estabelecer e fortalecer ações que buscam assegurar a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Como ressaltam Cruz et al. (2016, p. 13), também existem poucos estudos e pesquisadores voltados a investigações que demonstrem as relações possíveis entre abastecimentos alimentares, saúde, consumidores e produtores.

Ao levantarmos a forma como os alimentos chegam até a mesa dos consumidores que representam as famílias dos participantes da pesquisa, notamos que a maneira mais habitual de aquisição é a compra no mercado (Tabela 5). Neste caso, estamos considerando os principais alimentos que são produzidos no município de Guaratuba (VIEIRA; QUADROS, 2023). Portanto, se a forma de aquisição que prevalece é a compra no mercado, provavelmente estes alimentos advêm de outras localidades. Estes resultados reforçam a necessidade de se considerar a importância de políticas públicas voltadas à conexão entre consumidores e produtores locais.

Tabela 5 – Relação dos produtos locais e principais formas de aquisição dos alimentos pelas pessoas atendidas nos CRAS, Guaratuba, 2023.

Tipo de Alimento	Consumiu (n)	Adquiriu na Horta de Casa ou Pescou (%)	Adquiriu no Mercado (%)	Doação de Outras Pessoas (%)	Doação de Projetos Sociais (%)
Arroz	121	0,0	66,9	7,4	25,6
Banana	106	15,9	48,1	26,4	10,4
Mandioca	87	8,1	50,6	17,2	22,9
Pescado	84	27,4	22,6	50,0	0,0
Maracujá	36	38,9	38,9	19,4	0,0

Camarão	33	18,2	27,3	54,6	0,0
Palmito	14	2,4	3,2	2,4	0,0

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ainda em relação aos resultados sobre a forma de aquisição dos alimentos pesquisados em Guaratuba, chama atenção o fato de que o pescado e o camarão, que são alimentos ricos no local, serem adquiridos predominantemente por meio de doação, seguido da obtenção diretamente por meio da pesca. Estes dados parecem refletir a importância dos programas de assistência social, que podem incluir políticas semelhantes ao Programa Compra Direta com a intenção de sua ampliação e diminuindo a distância entre agricultores e consumidores.

Tais iniciativas podem avançar ainda para que esta integração crie também possibilidades de geração de trabalho e renda por meio do beneficiamento dos produtos com alta disponibilidade local e o desenvolvimento de novos produtos pelos agricultores e também por moradores da área urbana que se encontram fora do mercado de trabalho.

Considerações finais

Os dois últimos Inquéritos Alimentares realizados pela REDE PENSSAN, 2021 e 2022, representam o quadro sócio nutricional do povo brasileiro. Os resultados demonstram que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) está intensamente presente no país e existem milhões de cidadãos que não acessam alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades nutricionais básicas e se encontram vulneráveis e expostos a condição da extrema pobreza. A fome retornou ainda com mais força e, em meio a uma pandemia inescrupulosamente mal combatida, deixa seu rastro de desolação e sofrimento que retrata a realidade da nossa gente.

Esta pesquisa mostra um olhar para aquelas pessoas que vão até as unidades de assistência social, mais especificamente nos CRAS, em busca de algum tipo de atendimento, ou qualquer forma de auxílio, ajuda ou apoio, para amenizar a angústia sentida pela necessidade de sobrevivência.

Centralmente esta pesquisa analisou os níveis de IAN (leve, moderado e grave) das famílias que buscam atendimento junto ao CRAS, identificando-se, por meio do questionário aplicado, um número relevante de pessoas que apresentaram índices bastante elevados de IAN, principalmente na forma grave. Os dados encontrados apontam um percentual visivelmente superior, quando comparados com os resultados da pesquisa da REDE PENSAN.

Ainda que seja fundamental considerar que as entrevistas foram realizadas com uma amostra específica, indivíduos que vão até o CRAS em busca de algum tipo de atendimento ou informação, este fato não diminui a gravidade dos resultados encontrados, visto que se tratam de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A IAN grave apresentou números bastante elevados, 61%, ou seja, a fome esteve presente em setenta e seis (76) representantes das 125 famílias entrevistadas.

Os dados repercutem também nas condições de moradia, sendo a maioria residentes na zona urbana e em bairros com grande número de moradores em situação de pobreza. Tais condições contribuem para que grande parte dos participantes da pesquisa se encontrem cadastrados no Cadastro Único e metade deles sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os dados de uma forma geral, revelam minimamente a caracterização socioeconômica e explicitam os desafios postos à gestão pública, a fim de provocar o enfrentamento desta realidade com propostas concretas de mudança neste cenário.

Contudo, entende-se que o município de Guaratuba por ser de pequeno porte, somado aos potenciais ativos locais em termos de produtos agrícolas, possui plenas condições de avanços que permitam a superação dos índices apresentados. Ao se averiguar a forma como se dá o acesso aos principais alimentos produzidos localmente, foi identificado a forte presença e o consumo destes alimentos no hábito alimentar das famílias que participaram da pesquisa.

Sabe-se que a SAN está diretamente relacionada com os recursos potenciais de determinado território e a possibilidade de transformação destes recursos em ativos, o que pode ser aplicado para o município de Guaratuba. Tal movimento depende, no

entanto, de políticas públicas que facilitem e estimulem que esses recursos, tangíveis ou intangíveis, se tornem ativos a partir dos atores e suas interações locais. Isso representa a valorização dos produtos e dos saberes locais. Essas políticas públicas, contudo, precisam ser alicerçadas por meio da participação efetiva dos atores locais na compreensão dos movimentos e interações presentes, bem como, na promoção do diálogo entre os diversos atores e seus pares, tendo como fundamento a preservação e o respeito à diversidade e ao tempo próprio dos coletivos.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, A. V. A.; ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M. M. C. M.; QUADROS, D. A.; SCHMITT, V. T. Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta metodológica para mensuração. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 21, n. 59, e14532, 2023.
- AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, Matinhos, v.2, n.2, p. 89-124, jul./dez. 2016.
- BASTOS, M. N. P. Colonialismo e raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 10, n. 20, p. 126-147, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. **Informações atualizadas no Painel de Casos de Doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acessado em: 30 de maio de 2020.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Boletim da Secretária Nacional de Assistência Social. Mulheres no SUAS. Vigilância Socioassistencial. **Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social**. Nº 5, junho de 2018. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5- CGPVIS.pdf>>. Acessado em: 21 jan. 2023.
- BRASIL. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. 2022. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/sobre.php>>. Acessado em: 22 jan. 2023.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CRUZ, F.B.; MATTE A.; SCHNEIDER S. Estratégias alimentares e de abastecimento: dessa fios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F.B.; MATTE A.; SCHNEIDER S. (Orgs). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232233/001005700.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 05 mar. 2022.
- DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (Orgs.). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 8 de março – Dia da mulher**. São Paulo, 2023. Disponível em:
- VIEIRA & de QUADROS, (In)*Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*
Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

<<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>>.
Acessado em: 05 mar. 2023.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION – FAO. **O direito humano à alimentação adequada no marco estratégico global para a segurança alimentar e nutricional: consenso global.** Roma, 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/fr?details=a9fab528-4169-537c-9744-ed357b3ecc8d/>> Acessado em: 21 maio 2023.

GUARATUBA. **Plano Nacional de Assistência Social 2022-2025.** Secretaria Municipal do Bem-Estar e Promoção Social, Município de Guaratuba – PR. Disponível em: <<http://portal.guaratuba.pr.gov.br/bdimages/links/21/PLANO%20MUNICIPAL%20ODE%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL%20atual%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em: 12 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros:** 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf>>. Acessado em: 12 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Cadernos Estatísticos Municipais.** 2022. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

KRATZ, Vieira. **Segurança alimentar e nutricional: um olhar para as famílias que demandam atendimento nos centros de referência de assistência social em Guaratuba/PR.** Orientador Diomar Augusto de Quadros. 2023. 110 f. Dissertação Sdo Paraná. Setor Litoral. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2023.

MONTEIRO, F. **Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças Menores de Cinco Anos:** um Desafio para o Programa Bolsa Família. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) –Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

REDE PENSSAN. VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acessado em: 20 abr. 2021.

REDE PENSSAN. VIGISAN: **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich VIEIRA & de QUADROS, *(In)Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social em Guaratuba/PR*
Doi: 10.51308/continentes.v1i24.517

Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acessado em: 21 jul. 2022.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, J. G. **O Brasil e o Mapa da Fome**. 2018. Disponível em:<<https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/3191-o-brasil-e-o-mapa-da-fome.html>>. Acessado em: 12 abr. 2021.

SILVA, M. Z. T. A Segurança e a Soberania Alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil, **Configurações – Revista de Ciências Sociais**, n. 25, 2020, Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/8626>>. Acessado em 29 maio 2021.

SILVA, C. C. S.; OLIVEIRA, K. B. B.; ALVES, A. S.; NEVES, J. A.; MODESTO, C. A. C.; VIANNA, R. P. T. Associação entre consumo alimentar e (in)segurança alimentar e nutricional em São José dos Ramos – PB. **Braz. J. Food Technol.**, v. 15, n. spe, p. 23-30, maio 2012.

SPOSATI, A.O. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 183-203, 2021.

SURVEY MONKEY. **Calcule o tamanho da sua amostra**. 2022. Disponível em:<<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>. Acessado em: 17 nov. 2022.

Data de Submissão: 11/05/2024

Data da Avaliação: 15/07/2024